



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA PAULO VI NA ÚLTIMA SESSÃO PÚBLICA DO CONCÍLIO VATICANO II

Terça-feira, 7 de Dezembro de 1965

Veneráveis Irmãos

Concluimos hoje o Concílio Ecuménico Vaticano II e concluimo-lo na plenitude do seu vigor e da sua eficiência. A vossa presença tão numerosa demonstra-o, a ordenada estruturação desta assembleia atesta-o, o legítimo epílogo dos trabalhos conciliares confirma-o, e a harmonia de sentimentos e propósitos proclama-o. Se não poucas questões, postas no decorrer do Concílio, ainda aguardam uma solução conveniente, isto indica sem dúvida que o Concílio não conclui os seus trabalhos no meio do esgotamento de forças mas antes no meio do entusiasmo que despertou; no período pós-conciliar, se Deus quiser, ele voltar-se-á de novo para estas questões com todo o empenho. Este nosso Concílio deixará à posteridade a imagem da Igreja que esta Aula representa, assim repleta de Pastores que professam a mesma fé, e respiram a mesma caridade; que estão unidos pela comunhão de oração, de disciplina, de entusiasmo; como isto é maravilhoso — todos desejarem uma só coisa: oferecer-se como Cristo, nosso mestre e Senhor, pela vida da Igreja e pela salvação do mundo. O Concílio, porém, não deixa apenas à posteridade a imagem da Igreja, mas também o património da sua doutrina e dos seus mandamentos, isto é, o depósito que Cristo lhe confiou; depósito que no decurso dos tempos os homens sempre meditaram, transformaram, por assim dizer, no próprio sangue e exprimiram de algum modo no seu viver; depósito que agora, aclarado em muitos pontos, foi estabelecido e ordenado na sua integridade. Este depósito, vivo pela divina virtude da verdade e da força que o constituem, deve ser considerado apto para vivificar todo o homem que o acate piedosamente e dele alimente a sua própria vida.

O que foi este Concílio, e o que fez, seria o tema desta nossa meditação final. Mas isso pediria demasiada atenção e tempo, e não ousamos nesta hora última e solene fazer uma síntese de tão

importante matéria. Preferimos perguntar a nós mesmos qual foi a importância religiosa do nosso Concílio. Com esta expressão, entendemos significar as nossas relações com Deus, que bem declaram a existência da Igreja, a sua fé, a sua esperança, o seu amor, o que ela é, o que ela faz.

Podemos confessar que demos glória a Deus, que buscámos o seu conhecimento e o seu amor, que adiantámos no esforço da sua contemplação, na ânsia da sua celebração, na arte de o dar a conhecer aos homens que nos olham como Pastores e mestres dos caminhos do Senhor?

Acreditamos sinceramente que sim, até porque foi esta a intenção inicial e fundamental donde nasceu o propósito de celebrar o Concílio. Ressoam ainda, nesta Basílica de S. Pedro, as palavras pronunciadas no discurso inaugural do mesmo Concílio, pelo nosso predecessor de feliz memória, João XXIII, em quem, com toda a razão, podemos ver o autor deste Concílio Ecuménico. Dizia então aquele Pontífice: «O que mais importa ao Concílio Ecuménico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz... O Senhor disse: «Procurai primeiro o reino de Deus e a sua justiça». Esta palavra «primeiro» exprime, antes de mais, em que direcção devem mover-se os nossos pensamentos e as nossas forças» (1).

E o acontecimento correspondeu exactamente àquela ideia. Para o apreciarmos devidamente, é necessário recordar o tempo em que se levou a cabo este acontecimento: foi num tempo em que, como todos reconhecem, os homens estão voltados mais para a conquista da terra do que para o reino de Deus; foi num tempo em que o esquecimento de Deus se torna habitual, como se os progressos da ciência o aconselhassem; foi num tempo em que o acto fundamental da pessoa humana, mais consciente de si e da sua liberdade, tende a exigir uma liberdade total, livre de todas as leis que transcendam a ordem natural das coisas; foi num tempo em que os princípios do laicismo aparecem como a consequência legítima do pensamento moderno e são tidos quase como norma sapientíssima segundo a qual a sociedade humana deve ser ordenada; foi num tempo em que a razão humana pretende exprimir o que é absurdo e tira toda a esperança; foi num tempo, finalmente, em que as religiões étnicas estão sujeitas a perturbações e transformações jamais experimentadas. Foi neste tempo que se celebrou o nosso Concílio para glória de Deus, em nome de Cristo, com a inspiração do Espírito Santo que «tudo perscruta» e que continua a ser a alma da Igreja, «para que conheçamos os dons de Deus», (2) quer dizer, fazendo com que a Igreja conheça profundamente sob todos os aspectos a vida humana e o mundo. Mercê deste Concílio, a doutrina teocêntrica e teológica sobre a natureza humana e sobre o mundo atrai a si a atenção dos homens, como se desafiasse aqueles que a julgam anacrónica e estranha; e tais coisas se arroga que o mundo qualificará, de início, como absurdas, mas que depois, assim o esperamos, reconhecerá espontaneamente como humanas, como prudentes e salutares, a saber: Deus existe. Sim, Deus existe; realmente existe; vive; é pessoal; é providente, dotado de infinita bondade, não só bom em si mesmo mas imensamente bom para nós; é o nosso criador, a nossa verdade, a nossa felicidade, de tal modo que o homem, quando procura fixar em Deus a sua mente e o seu coração, entregando-se à contemplação, realiza o acto que deve ser

considerado o mais alto e mais perfeito; acto, que mesmo hoje pode e deve hierarquizar a imensa pirâmide da actividade humana.

Dirá alguém que o Concílio, mais do que das verdades divinas, se ocupou principalmente da Igreja, da sua natureza, da sua estrutura, da sua vocação ecuménica, da sua actividade apostólica e missionária. Esta secular sociedade religiosa que é a Igreja esforçou-se por pensar sobre si mesma, para melhor se conhecer, melhor se definir e, conseqüentemente, melhor dispor os seus sentimentos e os seus preceitos. Isto é verdade. Mas esta introspecção não foi o único fim que teve em vista, não foi uma ostentação de pura cultura terrena. A Igreja, com efeito, entrando em si mesma, penetrou no íntimo da sua consciência não para se comprazer em eruditas análises sobre a psicologia religiosa ou a história das suas coisas, ou para intencionalmente reafirmar os seus direitos ou formular as suas leis; fez isto para encontrar em si a palavra de Cristo, viva e operante no Espírito Santo, e para sondar mais profundamente o mistério, ou seja, o desígnio e a presença de Deus fora e dentro de si, e para reavivar em si o fogo da fé, que é o segredo da sua segurança e da sua sabedoria, e reavivar o fogo do amor, que a obriga a cantar sem descanso os louvores de Deus, porque, como diz Santo Agostinho: «Cantar é próprio do amante» (3). Os documentos conciliares, principalmente os que tratam da Revelação divina, da liturgia, da Igreja, dos sacerdotes, dos religiosos, dos leigos, permitem ver directamente esta primordial intenção religiosa e demonstram quão límpida, fresca e rica é a veia espiritual que o vivo contacto com Deus vivo faz brotar no seio da Igreja e correr sobre as áridas glebas da nossa terra.

Mas não é lícito omitir algo que é da maior importância quando examinarmos o significado religioso deste Concílio: isto teve ele a peito perscrutar o mundo deste nosso tempo. Nunca talvez como no tempo deste Concílio a Igreja se sentiu na necessidade de conhecer, avizinhar, julgar rectamente, penetrar, servir e transmitir a mensagem evangélica, e, por assim dizer, atingir a sociedade humana que a rodeia, seguindo-a na sua rápida e contínua mudança. Esta atitude, nascida pelo facto de a Igreja, no passado e sobretudo neste século, ter estado ausente e afastada da civilização profana, esta atitude, sempre inspirada pela essencial missão salvadora da Igreja, esteve presente eficaz e continuamente no Concílio. Por isso é que alguns suspeitaram que nos homens e nos actos do Concílio tinha dominado mais do que era justo e com demasiada indulgência a doutrina do relativismo que se encontra no mundo externo, nas coisas que passam fugazmente, nas novas modas, nas necessidades contingentes, nos pensamentos dos outros; e isto à custa da fidelidade devida à doutrina tradicional e com prejuízo da orientação religiosa que necessariamente é própria dum Concílio. Julgamos que não lhe deve ser atribuída esta atitude perniciosa, se bem atendermos às suas verdadeiras e misteriosas intenções e às suas autênticas manifestações.

Desejamos antes notar que a religião do nosso Concílio foi, antes de mais, a caridade; por esta sua declarada intenção, o Concílio não poderá ser acusado por ninguém de irreligiosidade, de infidelidade ao Evangelho, se nos lembrarmos que o próprio Cristo nos ensina que todos

conhecerão que somos seus discípulos, se nos amarmos mutuamente (4); se deixarmos igualmente que estas palavras do Apóstolo se façam ouvir dentro das nossas almas: « A religião pura e imaculada junto de Deus Pai é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações, e conservar-se imaculado neste mundo» (5); e mais estas: «Quem... não ama o seu irmão, a quem vê, como pode amar alguém que não vê? (6)

Na verdade, a Igreja, reunida em Concílio, entendeu sobretudo fazer a consideração sobre si mesma e sobre a relação que a une a Deus; e também sobre o homem, o homem tal qual ele se mostra realmente no nosso tempo: o homem que vive; o homem que se esforça por cuidar só de si; o homem que não só se julga digno de ser como que o centro dos outros, mas também não se envergonha de afirmar que é o princípio e a razão de ser de tudo. Todo o homem fenoménico — para usarmos o termo moderno — revestido dos seus inúmeros hábitos, com os quais se revelou e se apresentou diante dos Padres conciliares, que são também homens, todos Pastores e irmãos, e por isso atentos e cheios de amor; o homem que lamenta corajosamente os seus próprios dramas; o homem que não só no passado mas também agora julga os outros inferiores, e, por isso, é frágil e falso, egoísta e feroz; o homem que vive descontente de si mesmo, que ri e chora; o homem versátil, sempre pronto a representar; o homem rígido, que cultiva apenas a realidade científica; o homem que como tal pensa, ama, trabalha, sempre espera alguma coisa, à semelhança do «filius accrescens» (7); o homem sagrado pela inocência da sua infância, pelo mistério da sua pobreza, pela piedade da sua dor; o homem individualista, dum lado, e o homem social, do outro; o homem « laudator temporis acti», e o homem que sonha com o futuro; o homem por um lado sujeito a faltas, e por outro adornado de santos costumes; e assim por diante. O humanismo laico e profano apareceu, finalmente, em toda a sua terrível estatura, e por assim dizer desafiou o Concílio para a luta. A religião, que é o culto de Deus que quis ser homem, e a religião — porque o é — que é o culto do homem que quer ser Deus, encontraram-se. Que aconteceu? Combate, luta, anátema? Tudo isto poderia ter-se dado, mas de facto não se deu. Aquela antiga história do bom samaritano foi exemplo e norma segundo os quais se orientou o nosso Concílio. Com efeito, um imenso amor para com os homens penetrou totalmente o Concílio. A descoberta e a consideração renovada das necessidades humanas — que são tanto mais molestas quanto mais se levanta o filho desta terra — absorveram toda a atenção deste Concílio. Vós, humanistas do nosso tempo, que negais as verdades transcendentais, dai ao Concílio ao menos este louvor e reconhecei este nosso humanismo novo: também nós — e nós mais do que ninguém somos cultores do homem.

Que há visto na humanidade este augusto senado? que se propôs ele estudar à luz da divindade? Quis considerar profundamente a sua dupla fisionomia: a miséria e a grandeza do homem, o seu mal profundo, mal sem dúvida incurável, e o seu bem, que permanece, sempre marcado de misteriosa beleza e singular poder. Precisamos de reconhecer que este nosso Concílio deteve-se mais nos aspectos felizes do homem que nos desditosos. Nisto ele tomou uma atitude claramente optimista. Uma corrente de interesse e de admiração saiu do Concílio sobre o mundo actual. Rejeitaram-se os erros, como a própria caridade e verdade exigiam, mas

os homens, salvaguardado sempre o preceito do respeito e do amor, foram apenas advertidos do erro. Assim se fez, para que em vez de diagnósticos desalentadores, se dessem remédios cheios de esperança; para que o Concílio falasse ao mundo actual não com preságios funestos mas com mensagens de esperança e palavras de confiança. Não só respeitou mas também honrou os valores humanos, apoiou todas as suas iniciativas, e depois de os purificar, aprovou todos os seus esforços.

Vede por exemplo: como inumeráveis línguas foram admitidas para exprimir litúrgicamente a palavra dos homens a Deus e a palavra de Deus aos homens; como foi reconhecida ao homem enquanto homem a sua vocação fundamental a tantos direitos e a um destino transcendente; como as suas supremas aspirações à vida, à dignidade da pessoa, à honrada liberdade, à cultura, à renovação da ordem social, à justiça, à paz, foram purificadas e estimuladas; como a todos os homens foi dirigido o convite pastoral e missionário para receberem em si a luz do Evangelho. Tocamos muito de corrida tantos e tão complicados problemas relativos ao bem-estar humano, de que o Concílio se ocupou; nem o Concílio pretendeu resolver todas as questões mais urgentes da vida actual; algumas ficaram reservadas para estudos mais profundos, que a Igreja levará depois a cabo; muitas outras foram tratadas em termos demasiado breves e gerais, e por isso admitem explicações mais profundas e aplicações diversas.

Mas convém notar uma coisa: o magistério da Igreja, embora não tenha querido pronunciar-se com sentenças dogmáticas extraordinárias sobre nenhum capítulo doutrinal, propôs, todavia, o seu ensinamento autorizado acerca de muitas questões que hoje comprometem a consciência e a actividade do homem. Por assim dizer, a Igreja baixou a dialogar com o homem; e conservando sempre a sua autoridade e a sua virtude, adoptou a maneira de falar acessível e amigável que é própria da caridade pastoral. Quis ser ouvida e entendida pelos homens. Por isso, não se preocupou só com falar à inteligência do homem, mas exprimiu-se no modo hoje usado na conversação corrente, em que o recurso à experiência da vida e o emprego dos sentimentos cordiais dão mais força para atrair e para convencer. Isto é, a Igreja falou aos homens de hoje, tais quais eles são.

Uma outra coisa julgamos digna de consideração: toda esta riqueza doutrinal orienta-se apenas a isto: servir o homem, em todas as circunstâncias da sua vida, em todas as suas fraquezas, em todas as suas necessidades. A Igreja declarou-se quase a escrava da humanidade, precisamente no momento em que tanto o seu magistério eclesiástico como o seu governo pastoral adquiriram maior esplendor e vigor devido à solenidade conciliar; a ideia de serviço ocupou o lugar central.

Tudo isto e tudo o mais que poderíamos ainda dizer acerca do Concílio, terá porventura desviado a Igreja em Concílio para a cultura actual que toda é antropocêntrica? Desviado, não; voltado, sim. Mas quem observa honestamente este interesse prevalente do Concílio pelos valores humanos e temporais, não pode negar que tal interesse se deve ao carácter pastoral que o Concílio escolheu como programa, e deverá reconhecer que esse mesmo interesse jamais está

separado do interesse religioso mais autêntico, devido à caridade que é a única a inspirá-lo (e onde está a caridade, aí está Deus), ou à união dos valores humanos e temporais com os especificamente espirituais, religiosos e eternos, afirmada e promovida sempre pelo Concílio; este debruça-se sobre o homem e sobre a terra, mas eleva-se ao reino de Deus.

A mentalidade moderna, habituada a julgar todas as coisas sob o aspecto do valor, isto é, da utilidade, deverá admitir que o valor do Concílio é grande ao menos por isso: todo ele se orientou à utilidade humana. Portanto, ninguém chame inútil a uma religião como a católica, que, ao exprimir a forma mais consciente e mais eficaz da sua acção, isto é, ao celebrar um Concílio Ecuménico, se declara toda em favor e em serviço do homem. A religião católica e a vida humana reafirmam assim a sua aliança, a sua convergência para um só bem humano, a saber: a religião católica é para a humanidade, é, por assim dizer, a vida da humanidade. É a vida da humanidade, pela doutrina sublime e de todo perfeita que oferece a respeito do homem (não é, porventura, o homem, deixado a si mesmo, um mistério para si mesmo?); e oferece-a precisamente em virtude da sua ciência a respeito de Deus: para conhecer o homem, o homem verdadeiro, o homem integral, é necessário conhecer a Deus; para o provar, basta-nos por agora recordar as palavras inflamadas de S. Catarina de Sena: «Na tua natureza, ó Deus eterno, conhecerei a minha natureza». A religião católica é a vida da humanidade, porque descreve a natureza e o destino do homem, e dá-lhe o seu verdadeiro sentido. É a vida da humanidade, finalmente, porque constitui a lei suprema da vida, e à vida infunde a misteriosa energia que faz dela uma vida verdadeiramente divina.

E se recordamos, veneráveis Irmãos e amados Filhos, todos vós que estais aqui presentes, como no rosto de todo o homem, sobretudo se se tornou transparente pelas lágrimas ou pelas dores, devemos descobrir o rosto de Cristo (8), o Filho do Homem; e se no rosto de Cristo devemos descobrir o rosto do Pai celestial, segundo aquela palavra: «quem me vê a mim, vê também o Pai» (9), o nosso humanismo muda-se em cristianismo, e o nosso cristianismo faz-se teocêntrico, de tal modo que podemos afirmar: para conhecer a Deus, é necessário conhecer o homem.

Estaria, então, destinado este Concílio, que dedicou ao homem a sua principal e esforçada atenção, a propor de novo ao mundo moderno a libertação e a consolação a que gradualmente pode subir? Não será, em resumo, um modo simples, novo e solene de ensinar a amar o homem para amar a Deus? Amar o homem, dizemos, não como instrumento, mas como que primeiro fim, que nos leva ao supremo fim transcendente. Por isso, todo este Concílio se resume no seu significado religioso, não sendo outra coisa senão um veemente e amistoso convite em que a humanidade é chamada a encontrar, pelo caminho do amor fraterno, aquele Deus «de quem afastar-se é cair, a quem dirigir-se é levantar-se, em quem permanecer é estar firme, a quem voltar é renascer, em quem habitar é viver» (10).

Assim Nós o esperamos, no final deste Concílio Ecuménico Vaticano II, e no início da renovação humana e religiosa que ele se propôs estudar e promover; assim o esperamos para Nós, Irmãos

e Padres do Concílio; assim o esperamos para a humanidade inteira, que aqui aprendemos a amar mais e a servir melhor.

E enquanto para tal invocamos de novo a intercessão dos santos João Baptista e José, padroeiros do Concílio Ecuménico, dos santos Apóstolos Pedro e Paulo, fundamentos e colunas da santa Igreja, e com eles a de S. Ambrósio, Bispo, cuja festa hoje celebramos, como que juntando por meio dele a Igreja do Oriente e do Ocidente, imploramos igualmente de todo o coração a protecção da bem-aventurada Virgem Maria, mãe de Cristo, por Nós chamada também mãe da Igreja, e com uma só voz, um só coração, damos graças e glorificamos a Deus vivo e verdadeiro, a Deus único e sumo, ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo. Amém (11).

Notas

1. AAS 54 (1962), p. 790.
 2. Cfr. 1 Cor. 2, 10-12.
 3. Serm. 336: PL 38, 1472.
 4. Cfr. Jo. 13,35.
 5. Tia. 1,27.
 6. 1 Jo. 4,20.
 7. Gén. 49,22.
 8. Cfr. Mt. 25,40. 9 Jo. 14,9.
 10. S. Agostinho, *Sol.* 1, 1,3: PL 32, 870.
 11. AAS 58 (1966), p. 51-59.
-

©Copyright - Libreria Editrice Vaticana